

Alic

domingo, 4/10/87 □ 1º caderno □ 31

Mailson confirma: estados perdem mais com a reforma

BRASÍLIA — O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, reafirmou ao JORNAL DO BRASIL sua convicção sobre os erros que julga existir na proposta de reforma tributária da Constituinte, tema de um artigo que escreveu para a revista *Veja*, na edição da semana passada. O texto provocou a reação das bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na Constituinte, que assinaram um documento repudiando os argumentos do secretário-geral e pedindo sua exoneração do cargo.

Nóbrega, que é paraibano, não quis discutir o tema — reforma tributária — mas afirmou que o artigo está baseado “em dados, informações e análises do governo”. Salientou, porém, que é uma tese pessoal e que não falava em nome do Ministério da Fazenda. “Quando escrevi já esperava por essa reação. Estou com minha consciência absolutamente tranquila e escrevi o artigo porque conheço a região (Nordeste). Só queria chamar a atenção para o assunto”, disse.

Observando que a reforma tributária é um tema discutido com muita emoção pelos constituintes, Nóbrega afirmou que se estivesse preocupado em manter-se no cargo não teria feito o artigo. “Cabe ao burocrata prestar

informações e aos políticos decidir, assumindo as consequências”, disse. E acrescentou: “Não procurei este cargo. Tenho três coisas importantes na vida: minha família, uma casa hipotecada ao BNH e minha reputação profissional”.

O secretário informou que anteontem, de fonte ignorada, chegou a seu gabinete, no Ministério da Fazenda uma cópia do documento dos constituintes. Fora isso, não recebeu qualquer comunicado da parte deles. Ao contrário, as audiências que estavam marcadas por alguns foram canceladas.

Em seu artigo, Nóbrega afirma que a proposta de reforma tributária da Constituinte significa o esvaziamento financeiro da União. O secretário acredita que o crescimento das alíquotas de ICM, fixadas pelos estados, pressionará negativamente o IPI, enfraquecendo o Fundo de Participação, com perdas para os estados pobres, principal preocupação da proposta da Constituinte. Estes estados não teriam como recorrer à União, debilitada financeiramente pela reforma, entende Nóbrega. Face a estes argumentos, o documento dos constituintes afirma que o secretário esqueceu suas origens.